RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.588 - RS (2015/0224348-9)

RELATOR	**:**	**MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE	:	BANCO FINASA S/A
ADVOGADOS	:	ZAIRO FRANCISCO CASTALDELLO - RS030019 ALINE PERETTI FARINA E OUTRO(S) - RS055646
RECORRIDO	:	ANA PAULA BORCHARTT DA SILVA
ADVOGADOS	:	VINÍCIUS TABORDA GRZECHOTA E OUTRO(S) - RS046189 RODRIGO CARLOTO FRUET - RS059531

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por BANCO FINASA S/A com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Em suas razões, o Recorrente debate os seguintes temas: a) negativa de prestação jurisdicional; b) impossibilidade da revisão de ofício de cláusulas contratuais; c) limitação dos juros remuneratórios; d) legalidade da cobrança da capitalização mensal de juros; e e) possibilidade de cobrança de juros remuneratórios no período de inadimplência.

É o relatório. Decido.

Nulidade do acórdão recorrido:

A violação do art. 535 do CPC não se efetivou na hipótese *sub examine*, uma vez que não se vislumbra omissão no aresto proferido pela Corte de origem que, com efeito, pronunciou-se acerca de todas as questões relevantes postas à sua apreciação.

É cediço que quando o julgador se manifesta de forma clara e suficiente sobre a matéria debatida nos autos, não cabe falar em nulidade do seu *decisum* somente porque contrário aos interesses da parte.

Assim, afasto a alegação de omissão do acórdão proferido pelo Tribunal Estadual.

Disposições de ofício - IOF e forma de cobrança da multa moratória:

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento acerca das disposições de ofício no julgamento do **Tema 36**, sob o rito dos recursos especiais repetitivos, conforme o acórdão assim ementado:

> DIREITO PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO

> BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONFIGURAÇÃO DA MORA. JUROS MORATÓRIOS. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. DELIMITAÇÃO DO JULGAMENTO
>
> [...]
>
> ORIENTAÇÃO 5 - DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO É vedado aos juízes de primeiro e segundo graus de jurisdição julgar, com fundamento no art. 51 do CDC, sem pedido expresso, a abusividade de cláusulas nos contratos bancários. Vencidos quanto a esta matéria a Min. Relatora e o Min. Luis Felipe Salomão.
>
> [...]
>
> (REsp nº 1.061.530/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe de 10/03/2009).

Portanto, o Tribunal de origem, ao afastar de ofício a forma de cobrança do IOF (fls. 219) e da incidência da multa moratória (fls. 212/213), divergiu da jurisprudência solidificada neste Superior Tribunal.

Juros remuneratórios:

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento acerca dos juros remuneratórios no julgamento dos **Temas n.os 24 a 27/STJ**, sob o rito dos recursos especiais repetitivos, conforme o acórdão assim ementado:

> DIREITO PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONFIGURAÇÃO DA MORA. JUROS MORATÓRIOS. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. DELIMITAÇÃO DO JULGAMENTO
>
> (...)
>
> ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS
>
> a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF;
>
> b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade;
>
> c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02;
>
> d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada ? art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto.

> *(...)."* (REsp n. 1.061.530/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe de 10/03/2009.)

Importante registrar a esse turno que a jurisprudência tem considerado abusivas taxas superiores a uma vez e meia à taxa média de mercado, (voto proferido pelo Min. Ari Pargendler no REsp 271.214/RS, Rel. p. Acórdão Min. Menezes Direito, DJ de 04.08.2003), ao dobro (Resp 1.036.818, Terceira Turma, minha relatoria, DJe de 20.06.2008) ou ao triplo (REsp 971.853/RS, Quarta Turma, Min. Pádua Ribeiro, DJ de 24.09.2007) da média. (REsp nº 1.061.530/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe de 10/03/2009.)

In casu, o eg. Tribunal *a quo* alterou os juros remuneratórios contratados, reduzindo-os para 12% (doze por cento) ao ano, com o fundamento exclusivo no art. 52, inciso II c.c. os arts. 39, inciso V e 51, inciso IV, todos da Lei n.º 8.178/90 (fls. 206/206).

Assim, o acórdão recorrido está contrário ao entendimento consolidado neste Superior Tribunal de Justiça, uma vez que o reconhecimento da abusividade deve ser feito com base na comparação entre a taxa contratada e à média de mercado divulgada pelo Bacen para o mesmo período da operação *sub judice*, o que não ocorreu na espécie, inviabilizando a sua limitação.

Ressalto que, na espécie, nos termos do aresto impugnado, os juros foram contratados em 2,71% ao mês e 37,86% ao ano (fl. 191) e a taxa média de mercado para o período da contratação, novembro de 2006, foi de 33,09% ao ano para os contratos de aquisição de veículo, conforme Tabela do Banco Central do Brasil, não havendo assim, abusividade em sua contratação, com base nos parâmetros recomendados pela jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça.

Nessa linha, devem ser restabelecidas as taxas mensal e anual contratadas.

Capitalização dos juros:

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou seu entendimento acerca da capitalização mensal dos juros, sob o rito dos Recursos Especiais Repetitivos, vinculado ao **Tema n.º 246/STJ**, nos termos do acórdão assim ementado:

> "CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA

> EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO.
>
> 1. A capitalização de juros vedada pelo Decreto 22.626/1933 (Lei de Usura) em intervalo inferior a um ano e permitida pela Medida Provisória 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada, tem por pressuposto a circunstância de os juros devidos e já vencidos serem, periodicamente, incorporados ao valor principal. Os juros não pagos são incorporados ao capital e sobre eles passam a incidir novos juros.
>
> 2. Por outro lado, há os conceitos abstratos, de matemática financeira, de "taxa de juros simples" e "taxa de juros compostos", métodos usados na formação da taxa de juros contratada, prévios ao início do cumprimento do contrato. A mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933.
>
> 3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC:
>
> - "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada."
>
> - "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada".
>
> (...)
>
> *6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido."* (REsp 973.827/RS, Rel. p/ acórdão Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe de 24/09/2012.)

O Tribunal *a quo*, divergindo da jurisprudência desta Corte, vedou a cobrança da capitalização mensal dos juros. Confira-se:

> No caso concreto trata-se de contrato de financiamento firmado quando já em vigor as regras do Novo Código Civil que prevê a incidência de capitalização dos juros remuneratórios em periodicidade anual. Dispõe o art. 591 que "Destinando-se o mútuo a fins econômicos, presumem-se devidos juros, os quais, sob pena de redução, não poderão exceder a taxa a que se refere o art. 406, **permitida a capitalização anual**", (grifo nosso).
>
> Assim, havendo autorização expressa em lei, a incidência de capitalização dos juros remuneratórios contratados não vai afastada, sendo, entretanto, permitida apenas em periodicidade anual (fl. 209).

Assim, consoante entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma

expressa e clara, bem como a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal, conforme consta no aresto recorrido (fl. 191), é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada, legítima a cobrança da taxa efetiva anual dos juros remuneratórios, tal como convencionada.

No mesmo sentido, confiram-se estes julgados: AgRg no AResp n. 734.386/MS, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe de 9/11/2015; e AgRg no AREsp n. 318.455/SC, relatora Ministra Isabel Gallotti, DJe de 22/3/2016.

Juros remuneratórios no período de inadimplência:

Na espécie, conforme exposto no acórdão dos embargos de declaração opostos na origem, o tribunal *a quo* decidiu que juros remuneratórios cobrados no período de inadimplência corresponderiam à comissão de permanência:

> Inicialmente, resta desacolhida a alegação de que inexiste a cobrança da comissão de permanência no contrato firmado, pois o simples fato da cláusula 13 não fazer referência expressa quanto à cobrança desse encargo, não é suficiente para comprovar a alegação do embargante.
>
> Em verdade, verifica-se que o embargante está cobrando na inadimplência os mesmos juros pactuados para o período de normalidade do contrato, como se de comissão de permanência se tratasse, deste modo, o '*nomen iuris*' pouco importa para o afastamento da abusividade na cobrança de outros juros moratórios (fl. 234).

Por outro lado, a Segunda Seção deste Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento acerca dos encargos remuneratórios e moratórios que compõem a comissão de permanência (**Tema n.º 52/STJ**), sob o rito dos recursos especiais repetitivos, quando do julgamento dos REsp's nº 1.063.343/RS e 1.058.114/RS, Rel. p/acórdão o Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe de 16/11/2010, assim ementados:

> "DIREITO COMERCIAL E BANCÁRIO. CONTRATOS BANCÁRIOS SUJEITOS AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. VALIDADE DA CLÁUSULA. VERBAS INTEGRANTES. DECOTE DOS EXCESSOS. PRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS. ARTIGOS 139 E 140 DO CÓDIGO CIVIL ALEMÃO. ARTIGO 170 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.
>
> 1. O princípio da boa-fé objetiva se aplica a todos os partícipes da relação obrigacional, inclusive daquela originada de relação de consumo. No que diz respeito ao devedor, a expectativa é a de que cumpra, no vencimento, a sua prestação.
>
> 2. Nos contratos bancários sujeitos ao Código de Defesa do

> Consumidor, é válida a cláusula que institui comissão de permanência para viger após o vencimento da dívida.
>
> 3. A importância cobrada a título de comissão de permanência não poderá ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, ou seja, a) juros remuneratórios à taxa média de mercado, não podendo ultrapassar o percentual contratado para o período de normalidade da operação; b) juros moratórios até o limite de 12% ao ano; e c) multa contratual limitada a 2% do valor da prestação, nos termos do art. 52, § 1º, do CDC.
>
> 4. Constatada abusividade dos encargos pactuados na cláusula de comissão de permanência, deverá o juiz decotá-los, preservando, tanto quanto possível, a vontade das partes manifestada na celebração do contrato, em homenagem ao princípio da conservação dos negócios jurídicos consagrado nos artigos 139 e 140 do Código Civil alemão e reproduzido no artigo 170 do Código Civil brasileiro.
>
> 5. A decretação de nulidade de cláusula contratual é medida excepcional, somente adotada se impossível o seu aproveitamento.
>
> 6. Recurso especial conhecido e parcialmente provido."

Assim, verifica-se que o v. acórdão recorrido está em confronto com o entendimento firmado por este c. Tribunal Superior.

Portanto, no ponto, o recurso merece acolhida.

Ante o exposto, **dou parcial provimento ao recurso especial para:**

a) decotar as disposições de ofício do acórdão recorrido;

b) declarar a exigibilidade dos juros remuneratórios contratados para o período de normalidade;

c) permitir a cobrança da taxa efetiva anual dos juros remuneratórios contratada; e

d) declarar que, após o vencimento da dívida, são devidos os juros remuneratórios previstos no contrato.

Inverto os ônus sucumbenciais estipulados no acórdão recorrido, devendo o ora recorrido suportá-los em sua integralidade, ressalvado o disposto no art. 98, § 3º, do CPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente